



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM



**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO
EUROPEIA N.º 02/AIM/2025**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE PAGAMENTOS POR MEIOS ELETRÓNICOS NO
PORTAL DE SERVIÇOS DO GOVERNO REGIONAL - SIMplifica E DEMAIS SISTEMAS DO GRM**

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Aprovado por unanimidade por
deliberação do Conselho
Diretivo de 26.06.2025





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

PARTE I
Cláusulas Jurídicas Gerais

Artigo 1.º

Objeto do concurso

O presente concurso, com publicação do respetivo anúncio no Diário da República (“DRE”) e no Jornal Oficial da União Europeia (“JOUE”), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (“CCP”), tem por objeto a adjudicação de uma proposta para a celebração do Contrato de **“Aquisição de serviços de gestão de pagamentos por meios eletrónicos no portal de serviços do Governo Regional – SIMplifica e demais sistemas do GRM (Multibanco, cartão de crédito/débito, MB Way e TPA em utilização)”** e rege-se pelo disposto no presente Programa de Concurso, no Caderno de Encargos e respetivo anexo.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Agência de Inovação e Modernização da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM, adiante designada por AIM, IP-RAM, com sede na Av. Arriaga, 42-B, 3.º andar, S.3.2, Edifício Arriaga, 9000-064 Funchal, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva (“NIPC”) 517.252.481, com telefone n.º (351) 291 212 222 e com o endereço eletrónico: aim@madeira.gov.pt.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar e decisão de autorização da despesa

1. A decisão de autorização de despesa foi tomada pelo Excelentíssimo Senhor Secretário Regional das Finanças a 13 de junho de 2025, que delegou no Conselho Diretivo da AIM, IP-RAM todas as competências atribuídas pelo Código dos Contratos Públicos ao órgão competente para a decisão de contratar, conforme Despacho n.º 491/2025, de 13 de junho, publicado na II série, n.º 107, no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, de 17 de junho, publicado também no sítio da internet da AIM, IP-RAM <https://lojacidadao.madeira.gov.pt/>.

2. A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho Diretivo da AIM, IP-RAM, em reunião extraordinária datada de 16 de junho de 2025, no exercício de poderes delegados pelo Exmo. Secretário Regional das Finanças, nos termos conjugados do n.º 1 do artigo 36.º e 110.º do CCP.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

3. Foi obtida autorização para assunção de encargos plurianuais por despacho do Excelentíssimo Senhor Secretário Regional das Finanças, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2024/M, de 29 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 1/2024/M/1, de 12 de agosto, diploma que aprovou o ORAM para 2024, que se mantém em vigor por força do disposto no n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 28/92, de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 30-C/92 de 28 de dezembro.

4. Foi obtida autorização do Excelentíssimo Senhor Secretário Regional das Finanças, datado de 13 de junho de 2025, para ultrapassar os encargos globais bem como os valores pagos em 2024 por contrato de prestação de serviços com idêntico objeto, conforme n.º 3 do artigo 66.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2024/M, de 29 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 1/2024/M/1, de 12 de agosto, diploma que aprovou o ORAM para 2024, que se mantém em vigor por força do disposto no n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 28/92, de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 30-C/92 de 28 de dezembro.

5. Tratando-se de compromisso superior a 300.000,00 € (trezentos mil euros), a celebração do contrato de aquisição de serviços de gestão de pagamentos por meios eletrónicos no portal de serviços do Governo Regional – SIMplifica, foi ainda objeto de autorização prévia do Excelentíssimo Senhor Secretário Regional das Finanças, para realização de despesa no valor de 650.000,00 (Seiscentos e cinquenta mil euros), acrescido de Iva à taxa legal de 22%, conforme resulta do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do ORAM 2024, conforme despacho datado de 13 de junho de 2025, patente no ofício n.º SRF/8233/2025, de 16/06/2025.

6. Foi obtida autorização do Excelentíssimo Senhor Secretário Regional das Finanças, datado de 23 de junho de 2025, para efeitos do artigo 20.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2024/M, de 11 de setembro (EORAM2024), mediante parecer prévio da Direção Regional de Informática (DRI), datado de 17 de junho de 2025, patente no ofício n.º SRF/8681/2025, de 24/06/2025 (AIM-IP N.º SRF/17845/2025, de 24/06/2025).

Artigo 4.º

Plataforma eletrónica

O presente concurso é tramitado na plataforma eletrónica ACINGOV, com o endereço: <https://www.acingov.pt/>, onde são disponibilizadas as peças do procedimento.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

Artigo 5.º

Esclarecimentos, erros e omissões e retificações das peças do procedimento

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso podem ser apresentados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo anterior, até às 23h59 do dia em que terminar o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. As listas com a identificação de eventuais erros e omissões das peças do procedimento devem ser apresentadas pelos interessados no prazo e do modo previstos no número anterior.
3. Os esclarecimentos referidos no n.º 1 são prestados pelo júri do concurso, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às **17h00** do dia em que terminar o **segundo terço do prazo fixado** para a apresentação das propostas.
4. Igualmente nos termos e no prazo referidos no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados.

Artigo 6.º

Documentos que constituem as propostas

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos, **sob pena de exclusão**:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), cujo modelo se encontra disponível para upload em: <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>;
 - b) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I-M** do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, diploma que adaptou à RAM, o Código dos Contratos Públicos, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante legalmente autorizado;
 - c) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo II** ao presente Programa, onde conste o atributo da proposta;
 - d) Descrição da Solução, de acordo com o definido no Caderno de Encargos, com menção do *software* a utilizar e justificação da sua capacidade de cumprimento das especificações técnicas ali constantes.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

2. Os preços constantes da proposta, que não devem incluir o IVA, são expressos em € (euros) e devem ser indicados em **algarismos** (até à segunda casa decimal) e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência, o indicado por extenso.

3. Caso o concorrente se apresente sob a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por:

a) Um documento que identifique os seus membros, preenchido em conformidade com o modelo constante do **Anexo III** ao presente programa;

b) O documento a que se refere a alínea a) do n.º 1 do presente artigo (o DEUCP), que deve ser apresentado, de forma autónoma, relativamente a cada membro do agrupamento;

c) Documento com a indicação do representante comum do agrupamento, existindo, bem como os respetivos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento; caso não exista representante comum do agrupamento, aplica-se o disposto no n.º 4 do artigo 10.º do Programa do Concurso.

4. Sob pena de exclusão, todos os documentos que constituem as propostas devem ser entregues em formato “.pdf”.

5. São igualmente excluídas as propostas dos concorrentes que não efetuem a supressão de irregularidades detetadas na proposta dentro do prazo fixado pelo Júri do procedimento para o efeito.

Artigo 7.º

Idioma dos documentos da proposta

Todos os documentos que constituem as propostas devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo, no entanto, admitida a apresentação de fichas técnicas e referência a termos ou expressões técnicas específicas em inglês.

Artigo 8.º

Apresentação de propostas variantes e leilão eletrónico

1. Não é admissível a apresentação de propostas variantes.
2. Não será realizado leilão eletrónico.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

Artigo 9.º

Prazo para a apresentação das propostas

1. As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no Artigo 4.º até às **17h00 do 30.º (trigésimo) dia** a contar da data do envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia.
2. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção (*upload*) das respetivas propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à *internet* de que dispõem, uma vez que serão excluídas as propostas que tenham sido recebidas depois da data e hora referidas no número anterior.

Artigo 10.º

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no Artigo 4.º, devendo ser assinados eletronicamente.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento, na plataforma eletrónica referida no Artigo 4.º de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum dos membros que o integram, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo. Não existindo representante comum, os documentos devem ser assinados por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes legais, nos termos previstos nos n.ºs 1 a 3.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

Artigo 11.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de **120 (cento e vinte)** dias o prazo da obrigação de manutenção das propostas, contado a partir da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

Artigo 12.º

Critério de adjudicação e critério de desempate

1. A adjudicação será efetuada segundo o critério da **proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator**, sendo adjudicada a proposta que na globalidade dos preços unitários fixos e variáveis **sejam os de mais baixo preço**, ou seja, o procedimento será adjudicado ao concorrente que **na sua globalidade reunir o maior número de preços unitários fixos e variáveis mais baixos**.

2. Em caso de empate entre as propostas, o desempate será feito por sorteio realizado pelo Júri em sessão pública, para a qual são notificados os representantes de cada um dos concorrentes com uma antecedência mínima de 3 dias, embora a sua não comparência não prejudique a realização daquele.

3. Para efeitos do sorteio mencionado no número anterior, são colocados os nomes dos concorrentes cujas propostas estão empatadas dentro de um saco opaco. O procedimento é adjudicado ao primeiro concorrente cujo nome o presidente do Júri retirar em primeiro lugar do saco, sendo ordenada em segundo lugar a proposta do concorrente cujo nome sair em segundo lugar do saco, aplicando-se este critério sucessivamente a todas as propostas empatadas.

4. Caso seja realizado sorteio para desempate de propostas, é elaborada ata, que depois de lida é assinada por todos os presentes.

Artigo 13.º

Notificação da decisão de adjudicação

1. O órgão competente para a decisão de contratar toma a decisão de adjudicação que é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.

2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário é ainda notificado para:





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

- a) Apresentar os documentos de habilitação previstos na cláusula seguinte, no prazo de **10 (dez)** dias;
- b) Se pronunciar sobre a minuta do contrato, no prazo de **5 (cinco)** dias;
- c) Apresentar os documentos comprovativos da confirmação dos compromissos assumidos por entidades terceiras relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, no prazo de 10 (dez) dias, se, de acordo com a proposta adjudicada, estiver previsto que o adjudicatário irá recorrer a entidades terceiras para efeitos da execução de algumas das prestações do contrato a celebrar;
- d) Comprovar a associação dos membros do agrupamento concorrente na modalidade jurídica prevista no artigo 15.º do Programa do Concurso, se aplicável;
- e) Apresentar a caução a que se refere o Artigo 16.º do presente Programa de Concurso.

Artigo 14.º

Documentos a apresentar em sede de habilitação

1. O Adjudicatário deve apresentar na plataforma eletrónica referida no Artigo 4.º, no prazo de **10 (dez) dias** a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos, sob pena de caducidade da adjudicação:

- a) Declaração elaborada de acordo com o modelo constante do **Anexo IV** ao presente programa;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, a saber:
 - i) Certificado comprovativo de que o Adjudicatário se encontra com a situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal e à Região Autónoma da Madeira ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - ii) Certificado comprovativo de que o Adjudicatário se encontra com a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - iii) Certificado de registo criminal da pessoa singular ou da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, de como não foram condenados por sentença transitada em julgado, ou, em caso afirmativo, se já ocorreu a sua reabilitação, por algum dos crimes previstos nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

c) Documento comprovativo da submissão da declaração efetuada no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) **atualizado**, ou documento equivalente emitido no Estado em que seja nacional ou em que se situe o seu estabelecimento principal, sempre que ao mesmo esteja vinculado;

d) Declaração relativa a trabalhadores estrangeiros, conforme modelo constante do **Anexo V** ao presente Programa, ou declaração de não aplicação, consoante o caso;

e) Certidão permanente de registo comercial, devidamente atualizada, de onde constem os poderes necessários para outorgar o contrato, ou a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente *on-line*; caso a referida certidão não ateste os poderes de representação dos outorgantes, deve ser apresentado documento que sirva para esse efeito, designadamente, ata de delegação de poderes de representação ou procuração.

2. O Adjudicatário está ainda obrigado, no mesmo prazo indicado no número anterior, a fazer prova do cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, devendo apresentar, em relação ao último exercício económico disponível, os seguintes documentos, sob pena de caducidade da adjudicação:

a) Última Declaração de Rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira;

b) Última Declaração de Rendimentos e Retenções de Residentes (modelo 10) e DMR;

c) Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);

d) Anexo R da última declaração periódica do IVA.

3. Caso o Adjudicatário considere não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, deve apresentar uma declaração, sob compromisso de honra, subscrita por quem o obriga, referindo expressamente essa situação.

4. Caso o Adjudicatário revista a forma de agrupamento, os documentos de habilitação previstos nos números anteriores devem ser apresentados por todos os seus membros.

5. Caso o Adjudicatário tenha proposto a subcontratação de alguma(s) ou todas as prestações objeto do contrato a celebrar, os documentos exigidos nos termos do presente artigo também devem ser apresentados em relação ao(s) subcontratado(s).





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

6. A apresentação dos documentos de habilitação pode ser substituída por indicação do endereço *Internet* onde aqueles possam ser consultados, bem como da informação necessária a essa consulta, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

7. Os documentos referidos no presente artigo devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, devem ser obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o Adjudicatário declare aceitar a respetiva prevalência sobre os originais.

8. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação, será concedido um prazo adicional destinado ao seu suprimento, de **até 5 (cinco) dias**.

9. Juntamente com os documentos de habilitação o adjudicatário deve apresentar a identificação completa da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato (identificação, contactos e moradas).

Artigo 15.º

Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

1. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária das empresas agrupadas, sob pena de caducidade de adjudicação.

2. No caso previsto no número anterior, o agrupamento adjudicatário deve apresentar, no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação da decisão de adjudicação, o documento comprovativo da associação na modalidade jurídica prevista no número anterior.

Artigo 16.º

Caução

1. No prazo de **10 (dez) dias** a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve prestar uma caução para garantia da celebração do contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, correspondente a 2% (dois por cento) do preço contratual, conforme n.º 1 do artigo 8.º-B do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

2. A caução referida no número anterior deve ser prestada mediante depósito, garantia bancária ou seguro-caução, em conformidade com os modelos constantes do **Anexo VI** ao presente Programa de Concurso.

3. Nos termos do disposto nos artigos 373.º e ss. do Código Civil e do 703.º do Código de Processo Civil, as assinaturas apostas na caução a ser prestada devem ser autenticadas por notário ou outras entidades ou profissionais com competência para tal.

Artigo 17.º

Proteção de dados pessoais

1. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), e exclusivamente para efeitos do presente procedimento pré-contratual e do cumprimento de obrigações jurídicas a que esteja adstrito, a AIM, IP-RAM, poderá tratar dados pessoais, nomeadamente de identificação e informação relativa ao registo criminal dos concorrentes/Adjudicatário, incluindo dos seus representantes, titulares de órgãos sociais, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, e transmiti-los a terceiros, como seja o Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, na estrita medida do necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.

2. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD, e exclusivamente para efeitos do presente procedimento pré-contratual, os concorrentes/ Adjudicatário irão proceder apenas ao tratamento de dados pessoais dos órgãos sociais e representantes da AIM, IP-RAM, que devem ser tratados de acordo com as imposições do RGPD e demais legislação de proteção de dados pessoais.

3. Os concorrentes, incluindo o Adjudicatário, são responsáveis por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos titulares dos seus órgãos sociais representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando aplicável, e prestando aos titulares dos dados as informações referentes ao processamento de dados pela AIM, IP-RAM, em cumprimento do direito à informação.

4. Os concorrentes, incluindo o Adjudicatário, têm o direito, em qualquer altura, de solicitar à AIM, IP-RAM, através de e-mail para [rgpd.aim@madeira.gov.pt], o acesso aos dados pessoais que lhes digam respeito, incluindo dos titulares dos seus órgãos sociais, representantes, trabalhadores, agentes,





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

subcontratados e consultores, a sua retificação ou apagamento e a limitação do tratamento, bem como a opor-se ao tratamento, requerer a portabilidade dos dados e apresentar reclamação a uma autoridade de controlo. Concretamente e no que respeita a Portugal, a entidade de controlo competente é a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), com o seguinte contacto: geral@cnpd.pt; e website: <https://www.cnpd.pt/>.

5. Os dados pessoais relativos aos concorrentes/Adjudicatário, incluindo dos titulares dos seus órgãos sociais, representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores são conservados pelo prazo legalmente devido e eliminados logo que cesse a obrigação legal ou contratual de os conservar.

Artigo 18.º

Despesas inerentes à celebração do contrato

Correm por conta do Adjudicatário todas as despesas inerentes à celebração do contrato.

Artigo 19.º

Legislação aplicável

Ao presente procedimento são aplicáveis as normas constantes do Programa e demais documentos que integram o presente procedimento, bem como as regras aplicáveis à tramitação do concurso público, tal como previstas no CCP e na respetiva legislação complementar.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ANEXO I-M
Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos e o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II -M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

⁴ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ANEXO II
Declaração da proposta

(a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Programa do Concurso)

1. ... (nome, número de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento por Concurso Público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) n.º 2/AIM/2025 para a **“Aquisição de serviços de gestão de pagamentos por meios eletrónicos no portal de serviços do Governo Regional – SIMplifica e demais sistemas do GRM (Multibanco, cartão de crédito/débito, MB Way e TPA em utilização)”**, declara, que a sua representada executará o contrato a celebrar na sequência do presente procedimento, nos termos da **Cláusula 5.ª, do Caderno de Encargos**, pelo **preço global de até 650.000,00 € (Seiscentos e cinquenta mil euros)**, de acordo com os preços unitários que seguem na tabela infra:

Valor da transação referência MB, MBWay, Cartão de crédito/débito nacionais e internacionais	Preço unitário Multibanco <i>Real Time</i>	Preço unitário Multibanco	Preço unitário Cartão de crédito (Taxa fixa+taxa variável)	Preço unitário MBWay (Taxa fixa + taxa variável)	Preço unitário TPA (em utilização) Taxa fixa + taxa variável
Até 4,99 €					
De 5,00 € até 9,99 €					
De 10,00 € a 99,99 €					
De 100,00€ a 199,99 €					
Superiores a 200,00 €					





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

2. Ao preço global mencionado acresce o valor do imposto sobre o valor acrescentado, à taxa de 22 %, o que perfaz € (... euros).

3. O preço referido no número um inclui todos os custos inerentes à concretização do objeto do contrato de prestação de serviços, recursos materiais e humanos, integrações, interligações e interoperacionalidade com outras plataformas que se afigurem necessárias à concretização do objeto do contrato, seguros e encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes, licenças.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ANEXO III

Identificação dos membros do agrupamento

(a que se refere o artigo 6.º, n.º 3, alínea a) do Programa)

Designação Social	Sede	NIPC	Capital Social





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ANEXO IV

Modelo de declaração

(a que se refere o artigo 14.º, n.º 1, alínea a) do Programa do Concurso, que corresponde ao **Anexo II-M** a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de concurso público tendente à celebração do contrato de **“Aquisição de serviços de gestão de pagamentos por meios eletrónicos no portal de serviços do Governo Regional – SIMplifica e demais sistemas do GRM (Multibanco, cartão de crédito/débito, MB Way e TPA em utilização)”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data),

... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

- (3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ANEXO V

Declaração relativa a trabalhadores estrangeiros

(a que se refere a alínea e) do n.º 1 do artigo 14.º do Programa)

...(Nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) do procedimento de concurso público tendente à celebração do contrato de **“Aquisição de serviços de gestão de pagamentos por meios eletrónicos no portal de serviços do Governo Regional – SIMplifica e demais sistemas do GRM (Multibanco, cartão de crédito/débito, MB Way e TPA em utilização)”**, declara para os devidos efeitos legais, nomeadamente à luz do disposto no n.º 5 do artigo 198.º-A da Lei nº 23/2007, de 4 de julho, que a sua representada (2) cumpre todas as obrigações legais relativamente a trabalhadores estrangeiros utilizados na realização dos trabalhos objeto do contrato a celebrar ao abrigo do procedimento mencionado, designadamente a legislação laboral e as obrigações de declaração de rendimentos sujeitos a desconto respeitantes à Administração Tributária e à Segurança Social.

...[local] ... [data]

[assinatura] (3)

(1) Aplicável apenas a adjudicatários que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o adjudicatário ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ANEXO VI

MODELOS REFERENTES À CAUÇÃO
(a que se refere o Artigo 16.º do Programa)

Modelo de Guia de Depósito

Vai ... (*designação do Adjudicatário*), com sede em ..., pessoa coletiva n.º ..., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..., sob o n.º ..., com o capital social de ..., depositar na ... (*sede, filial, agência ou delegação*) de ... (*instituição bancária*) a quantia de €... [por extenso], em dinheiro, como caução exigida para a celebração do contrato de **“Aquisição de serviços de gestão de pagamentos por meios eletrónicos no portal de serviços do Governo Regional – SIMplifica e demais sistemas do GRM (Multibanco, cartão de crédito/débito, MB Way e TPA em utilização)”**,), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito fica à ordem da *Agência de Inovação e Modernização da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM*, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

...[local] ... [data]

[assinatura, em conformidade com o previsto no artigo 57.º, n.ºs 4 ou 5 do CCP]





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

Modelo de garantia bancária/Seguro de caução

Garantia bancária/seguro de caução n.º ...

Em nome e a pedido de _____ (adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor da *Agência de Inovação e Modernização da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM*, com sede na Av. Arriaga, 42-B, 3.º andar, S.3.2, Edifício Arriaga, 9000-064 Funchal, uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de _____ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do contrato de **“Aquisição de serviços de gestão de pagamentos por meios eletrónicos no portal de serviços do Governo Regional – SIMplifica e demais sistemas do GRM (Multibanco, cartão de crédito/débito, MB Way e TPA em utilização)”**, nos termos dos n.ºs 6 e 8/ou 7 e 8 (6 e 8 no caso de garantia bancária, 7 e 8 no caso de seguro caução. Eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 2 % do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

